



## DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 559/NUCLEO-SP/DIFIS/2014

PROCESSO 25789.019015/2012-02

Intima-se a Operadora IGUAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 40.680, na data de 16/05/2013, pela constatação da seguinte conduta: deixar de garantir consulta na especialidade de obstetrícia em 18/08/2011 à C.G.T.S., infringindo o artigo 12, I, "a" da Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 77 da Resolução Normativa nº 124/2006, de acordo com os termos do processo administrativo supramencionado.

A autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar  
Diretoria de Fiscalização  
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO  
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista  
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 557/NUCLEO-SP/DIFIS/2014

PROCESSO 25789.034767/2012-95

Intima-se a Operadora IGUAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 50.815, na data de 31/10/2013, pela constatação das seguintes condutas: 1) por operar os produtos de registro nesta Agência nº 411260991, 411259998 e 411258990 de forma diversa da registrada na ANS, ao não informar que o Hospital Frei Galvão - CNPJ 44.649.812/0001-38 e o Hospital da Beneficência Portuguesa de Santos - CNPJ 58.194.622/0001-88 faziam parte das respectivas redes credenciadas e 2) por redimensionar a rede hospitalar, por redução, sem a devida autorização da ANS, com o descumprimento do Hospital Frei Galvão - CNPJ 44.649.812/0001-38, em 07/2011 e o Hospital da Beneficência Portuguesa de Santos - CNPJ 58.194.622/0001-88, em 07/2012, para todos os produtos para os quais era credenciado, infringindo o 1) artigo 8º, Lei 9656/1998 c/c artigo 13, anexo II, item 6, RN 85/2004 alterada pela RN 100/2005 e 2) artigo 17, §4º, Lei 9656/98, com penalidade prevista no 1) artigo 20 e no 2) artigo 80 da Resolução Normativa nº 124/2006, de acordo com os termos do processo administrativo supramencionado.

A autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar  
Diretoria de Fiscalização  
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO  
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista  
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 615/NUCLEO-SP/DIFIS/2014

PROCESSO 25789.006397/2014-68

Intima-se a Operadora IGUAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 49.878, na data de 10/02/2014, pela constatação da seguinte conduta: deixar de garantir consulta com clínico geral em 06/2012 ao G.B.S., infringindo o artigo 12, I, "a" da Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 77 da Resolução Normativa nº 124/2006, de acordo com os termos do processo administrativo supramencionado.

A autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar  
Diretoria de Fiscalização  
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO  
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista  
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 611/NUCLEO-SP/DIFIS/2014

PROCESSO 25789.006441/2014-30

Intima-se a Operadora IGUAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 49.877, na data de 10/02/2014, pela constatação da seguinte conduta: deixar de garantir ressonância magnética da coluna lombar em 01/2012 ao J.L.S., infringindo o artigo 12, I, "b" da Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 77 da Resolução Normativa nº 124/2006, de acordo com os termos do processo administrativo supramencionado.

A autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar  
Diretoria de Fiscalização  
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO  
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista  
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

RÚBIA PINHEIRO DA ROSA SHIMIZU

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

### RESOLUÇÃO - RE Nº 1.847, DE 15 DE MAIO DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria 400 de 31 de março de 2014, publicado no D.O.U. de 2 de abril de 2014, o inciso XXIV do art. 41, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado da empresa Laboratório Teuto Brasileiro SA, de que está recolhendo o lote 2505222 do produto Bepeben 1.200.000UI pó injetável e ainda o lote 2501078 do produto Bepeben 600.000 UI solução injetável, devido à mistura de rótulos entre as duas concentrações identificadas em algumas cartomagens hospitalares de ambos os produtos, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes 2505222 do produto Bepeben 1.200.000UI pó injetável e ainda do lote 2501078 do produto Bepeben 600.000 UI solução injetável, fabricado pela empresa Laboratório Teuto Brasileiro SA, (CNPJ: 17.159.229/0001-76), situado na VP 7d Quadra 13 - Módulo 11 - Daia, Anápolis - GO.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes do produto descrito no artigo 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FLÁVIA NEVES ROCHA ALVES

### RESOLUÇÃO - RE Nº 1.848, DE 15 DE AIO DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria 400 de 31 de março de 2014, publicado no D.O.U. de 2 de abril de 2014, o inciso XXIV do art. 41, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando, o art. 53, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando os informes do relatório de reinspeção conjuntamente realizada pela Vigilância Sanitária do Município de Anápolis e a Vigilância Sanitária do Estado de Goiás na empresa abaixo cuja conclusão considera que as não-conformidades detectadas quando da inspeção anterior foram sanadas e concedendo condições técnico-operacionais para a empresa, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução RE nº. 2923 de 14/08/2013, publicada no D.O.U. de 15/08/2013, liberando a fabricação, distribuição, divulgação, comércio e implante do produto BIOSSIMETRIC, fabricado a partir da presente data, pela empresa MTC MEDICAL COMÉRCIO INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS BIOMÉDICOS (CNPJ: 08996736/0001-73), localizada na Rua JM-03 Esquina com JM-01 - Setor Sul Jamil Miguel, Anápolis/GO.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA ALVES ROCHA NEVES

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

### PORTARIA Nº 385, DE 15 DE MAIO DE 2014

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Posto Médico Hospitalar de Lagoa Formosa, com sede em Lagoa Formosa (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 090/2014-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.110293/2012-13/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, ao Posto Médico Hospitalar de Lagoa Formosa, inscrito no CNPJ nº 17.831.587/0001-83, com sede em Lagoa Formosa (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

### PORTARIA Nº 386, DE 15 DE MAIO DE 2014

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Maior, com sede em Campo Maior (PI).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 135/2014-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.006327/2011-87/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Maior, inscrita no CNPJ nº 06.842.470/0001-89, com sede em Campo Maior (PI).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

### PORTARIA Nº 387, DE 5 DE MAIO DE 2014

Delega competência ao Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS para a gestão e exercício das ações especificadas nesta Portaria.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 14 e seguintes do Anexo ao Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando os art. 11 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando que foi instituída pelo Decreto nº 8.065, de 2013, a Coordenação-Geral da Força Nacional do SUS, vinculada ao Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência (DAHU/SAS/MS), conforme pode ser verificado no Anexo II ao Decreto;

Considerando que compete à Secretaria de Atenção à Saúde definir diretrizes para as ações estruturantes e emergenciais da Força Nacional do SUS, consoante ao preceituado no inciso XVIII do art. 14 do Anexo II ao Decreto nº 8.065, de 2013;

Considerando a necessidade de reorganizar a gestão e o exercício das competências conferidas à Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS para gestão e exercício das ações referentes ao SAMU 192, incluindo-se: